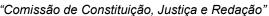


#### **ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**





#### **PROJETO DE LEI N° 3988/2022**

DISPÕE SOBRE O LIVRE ACESSO DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM EΜ VISITAS AOS SEUS FAMILIARES, INTERNOS EM HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE.

Conforme o artigo 24, incisos V e XII, da Constituição Federal, a legislação que disponha sobre normas específicas de proteção da saúde e do consumidor é matéria de iniciativa legislativa concorrente dos Estados, de maneira que entendemos ser esta proposição constitucional.

**AUTOR:** Dep. WILSON FILHO

**RELATOR:** Dep. HERVÁZIO BEZERRA, substituído pelo Dep. Raniery Paulino

PARECER N° 474 /2022

### I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe, para análise e parecer, o Projeto de Lei nº 3988/2022, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado WILSON FILHO, o qual DISPÕE SOBRE O LIVRE ACESSO DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM EM VISITAS AOS SEUS FAMILIARES. INTERNOS EM HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



# ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

#### **II - VOTO DO RELATOR**

A proposta legislativa em análise, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado *Wilson Filho* dispõe sobre o livre acesso dos profissionais da enfermagem em visitas aos seus familiares, internos em hospitais e outras unidades de saúde públicas e privadas no Estado da Paraíba.

O autor justifica sua proposta informando que

"O profissional da área de enfermagem é um indivíduo fundamental para a política de saúde, detentor de conhecimentos e de perícia apurada, contudo, diferentes dos médicos que dispõe de acesso livre aos hospitais, estes não têm tido o mesmo reconhecimento, sobretudo quando o paciente interno é um parente próximo. Outro problema que necessita ser discutido, diz respeito a dificuldade que este profissional tem em cumprir os horários destinados às visitas estabelecidos pelos hospitais, haja vista que os mesmos estão submetidos ao regime de plantão durante o exercício do seu trabalho, quando dificilmente a agenda de visita dos hospitais coaduna-se com o tempo disponível do profissional. A referida garantia também fundamenta-se em promover mais uma medida que contribua para elevar o nível do tratamento aos pacientes, haja visto que o acompanhamento de um terceiro profissional, mesmo que seja em caráter informal, deverá contribuir para a evolução da recuperação."

Pois bem, compete à CCJR fazer um estudo a respeito da adequação do Projeto às regras constitucionais vigentes e decidir se a mesma se encontra apta a continuar a sua tramitação.

Conforme o artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal, é da competência legislativa concorrente dos Estados dar iniciativa de leis sobre proteção da saúde, o que entendemos ser a força motriz que move esta proposição.

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Desta feita, entendemos que o Parlamentar está constitucionalmente autorizado a dar iniciativa a Projetos de Lei neste sentido, pois cabe ao Estado zelar pela saúde.



# ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



Por fim, como a matéria foi **iniciada por sujeito autorizado,** bem como trata de matéria que **possui sustentação no texto constitucional**, entendemos ser esta proposição materialmente e formalmente constitucional, nos termos da emenda apresentada.

Nestas condições, opino, seguramente, pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 3988/2022.

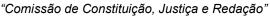
É o voto.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2022.

\_



# **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**





# III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Relator, opina por unanimidade pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 3988/2022.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2022.

REP. RICARDO BARBOSA PRESIDENTE

DEP. ANDERSON MONTEIRO

Membro

WALLBER VIRGOLINO

Membro

Membro

JÚNIOR ARAÚJO - Deputado Estadual -